

PERGUNTA 1

LEI PROPOSTA POR PETIÇÃO DE INICIATIVA POPULAR

Você aprova a lei resumida abaixo, que não foi submetida à votação no Senado nem na Câmara dos Representantes antes de 6 de maio de 2026?

RESUMO:

A lei proposta tornaria públicos, nos termos da Lei de Registros Públicos de Massachusetts, a maioria dos registros mantidos pelo Poder Legislativo e pelo Gabinete do Governador. A lei proposta isentaria da divulgação os documentos relacionados à elaboração de políticas públicas e as comunicações entre os legisladores e seus eleitores, desde que essas comunicações estejam razoavelmente relacionadas a um pedido de assistência do eleitor para obter benefícios ou serviços oferecidos pelo governo ou para interagir com um órgão governamental.

Um **VOTO SIM** tornaria públicos, nos termos da Lei de Registros Públicos de Massachusetts, a maioria dos registros mantidos pelo Poder Legislativo e pelo Gabinete do Governador.

Um **VOTO NÃO** não alteraria a Lei de Registros Públicos de Massachusetts.

PERGUNTA 2

LEI PROPOSTA POR PETIÇÃO DE INICIATIVA POPULAR

Você aprova a lei resumida abaixo, que não foi submetida à votação no Senado nem na Câmara dos Representantes antes de 6 de maio de 2026?

RESUMO:

A lei proposta estabeleceria que os funcionários do Comitê de Serviços de Defensoria Pública (“CPCS”, na sigla em inglês) têm o direito de negociar coletivamente com seu empregador. Também exigiria que o CPCS, após celebrar um acordo coletivo de trabalho, solicitasse ao Governador a dotação orçamentária necessária para financiar esse acordo.

Um **VOTO SIM** estabeleceria que os funcionários do Comitê de Serviços de Defensoria Pública podem formar um sindicato para negociar coletivamente com seu empregador.

Um **VOTO NÃO** não alteraria a lei que rege as relações trabalhistas dos funcionários do Comitê de Serviços de Defensoria Pública.

PERGUNTA 3

LEI PROPOSTA POR PETIÇÃO DE INICIATIVA POPULAR

Você aprova a lei resumida abaixo, que não foi submetida à votação no Senado nem na Câmara dos Representantes antes de 6 de maio de 2026?

RESUMO:

A lei proposta eliminaria as eleições primárias dos partidos políticos para cargos estaduais e, em seu lugar, estabeleceria um sistema com uma única eleição primária aberta a todos os partidos, na qual todos os candidatos, independentemente de sua filiação partidária, apareceriam na mesma cédula, e os eleitores poderiam votar em qualquer candidato nela listado. Os dois candidatos que recebessem o maior número de votos nas primárias avançariam para a eleição geral.

A lei proposta exigiria que os candidatos a governador e vice-governador concorressem juntos e fossem apresentados conjuntamente na cédula das eleições primárias.

A lei proposta concederia o status de partido político a qualquer grupo cujos candidatos a qualquer cargo estadual recebessem pelo menos 3% dos votos nas eleições primárias estaduais.

Um **VOTO SIM** eliminaria as primárias partidárias separadas para as eleições estaduais e estabeleceria uma única eleição primária, na qual todos os candidatos apareceriam na mesma cédula, os eleitores poderiam votar em qualquer candidato e os dois candidatos mais votados avançariam para a eleição geral.

Um **VOTO NÃO** não alteraria as leis que regem as eleições primárias.

PERGUNTA 4

LEI PROPOSTA POR PETIÇÃO DE INICIATIVA POPULAR

Você aprova a lei resumida abaixo, que não foi submetida à votação no Senado nem na Câmara dos Representantes antes de 6 de maio de 2026?

RESUMO:

A lei proposta permitiria que as pessoas elegíveis se registrassem para votar ou atualizassem o endereço de seu registro eleitoral no dia da eleição.

Uma pessoa elegível para votar poderia se registrar no dia da eleição comparecendo, durante o horário de votação, ao local de votação da seção eleitoral correspondente ao seu local de residência, apresentando um comprovante de residência e assinando uma declaração sob juramento. O comprovante de residência poderia ser um documento de identificação válido com foto ou um documento que contenha o nome e o endereço residencial da pessoa, como uma conta recente de serviços públicos, extrato bancário, cheque emitido pelo governo, contrato de locação residencial, fatura de telefone celular, contracheque, comprovante recente de pagamento de taxas estudantis ou outro documento emitido por uma instituição de ensino superior, ou ainda outro documento ou correspondência emitidos pelo governo. A declaração sob juramento exigiria que a pessoa declarasse ser cidadã dos Estados Unidos, ter pelo menos 18 anos de idade, não estar legalmente impedida de votar e não ter votado nem pretender votar na mesma eleição em outro local. A declaração sob juramento exigiria que a pessoa reconhecesse que fornecer informações falsas constitui crime grave, sujeito a pena de até 5 anos de prisão, multa de até US\$ 10.000 ou ambas as penas.

Caso a pessoa não apresentasse comprovante de residência, ela poderia votar por meio de uma cédula provisória, que só seria contabilizada se retornasse para fornecer as informações exigidas antes do encerramento da votação, no caso de uma eleição municipal; no prazo de dois dias após uma eleição primária estadual; ou no prazo de seis dias após uma eleição estadual.

As pessoas que se registrassem para votar no dia da eleição ficariam registradas tanto para a eleição realizada naquele dia quanto para eleições futuras.

As pessoas que já estivessem registradas para votar não poderiam alterar sua filiação partidária no dia da eleição.

A lei proposta entraria em vigor em 1º de janeiro de 2028.

Um **VOTO SIM** permitiria que cidadãos elegíveis se registrassem para votar ou atualizassem o endereço de seu registro eleitoral em seu local de votação no dia da eleição.

Um **VOTO NÃO** não alteraria as leis que regem o registro eleitoral.

PERGUNTA 5

LEI PROPOSTA POR PETIÇÃO DE INICIATIVA POPULAR

Você aprova a lei resumida abaixo, que não foi submetida à votação no Senado nem na Câmara dos Representantes antes de 6 de maio de 2026?

RESUMO:

A lei proposta alteraria o limite da receita que o estado pode arrecadar em um determinado ano. A proposta limitaria a receita estadual em um determinado ano ao valor líquido da receita estadual do ano anterior, acrescido de uma taxa equivalente ao crescimento médio dos salários e remunerações em Massachusetts nos três anos mais recentes. Se a receita arrecadada pelo estado em um determinado ano ultrapassasse o limite, o valor excedente seria devolvido aos contribuintes no ano seguinte. A lei proposta incluiria toda a receita proveniente da alíquota adicional de imposto sobre rendimentos superiores a US\$ 1 milhão no cálculo do limite de receita e na determinação de eventual arrecadação estadual acima desse limite.

Todas as disposições da lei proposta entrariam em vigor em 1º de julho de 2027.

A lei proposta estabelece que, caso alguma de suas disposições seja declarada inválida, as demais permaneceriam em vigor.

Um **VOTO SIM** alteraria o limite de arrecadação estadual, vinculando-o à arrecadação do ano anterior acrescida do crescimento médio dos salários e remunerações, e estabeleceria a devolução aos contribuintes da receita que ultrapassasse esse limite.

Um **VOTO NÃO** não alteraria a legislação relativa à arrecadação estadual.

PERGUNTA 6

LEI PROPOSTA POR PETIÇÃO DE INICIATIVA POPULAR

Você aprova a lei resumida abaixo, que não foi submetida à votação no Senado nem na Câmara dos Representantes antes de 6 de maio de 2026?

RESUMO:

A lei proposta criaria um Fundo Natureza para Todos que, sujeito à aprovação de dotação orçamentária pelo Poder Legislativo, receberia, no primeiro ano de funcionamento, 50% dos impostos estaduais arrecadados sobre a venda e o uso de artigos esportivos, veículos recreativos e campos de golfe. Após 1º de julho de 2028, o Fundo Natureza para Todos passaria a receber, sujeito à aprovação de dotação orçamentária pelo Poder Legislativo, 100% dos impostos estaduais arrecadados sobre a venda e o uso de artigos esportivos, veículos recreativos e campos de golfe. A receita do imposto sobre vendas destinada ao Fundo Natureza para Todos não incluiria a parcela da receita desse imposto transferida ao Fundo de Contribuição Estadual e Local da Autoridade de Transporte da Baía de Massachusetts e ao Fundo Fiduciário para Modernização e Reconstrução de Escolas. A lei proposta permitiria que a

Secretaria Executiva de Energia e Assuntos Ambientais do estado utilizasse os recursos do Fundo Natureza para Todos para a conservação dos recursos naturais.

A lei proposta permitiria doações públicas e privadas ao Fundo Natureza para Todos. A lei proposta impediria que o controlador estadual transferisse os recursos excedentes do Fundo Natureza para Todos ao final do ano fiscal. Também permitiria que órgãos estaduais, municípios, entidades beneficentes envolvidas na conservação dos recursos naturais, governos tribais e outras entidades públicas regionais recebessem recursos do Fundo Natureza para Todos.

A conservação dos recursos naturais incluiria a conservação ou restauração de terras para proteger fontes de água potável, córregos, rios, lagos, áreas costeiras, propriedades rurais, florestas, a conectividade entre espaços abertos e terras e recursos naturais de importância cultural para os povos indígenas. A conservação dos recursos naturais também incluiria a criação, melhoria e gestão de parques, trilhas, áreas verdes e locais de acesso a atividades recreativas ao ar livre.

A lei proposta criaria um Conselho do Fundo Natureza para Todos, composto por 15 membros: cinco autoridades estaduais e dez representantes da sociedade civil nomeados pelo Governador. A lei proposta exigiria que, entre os dez representantes da sociedade civil, houvesse representantes de comunidades carentes e povos indígenas, além de pelo menos uma pessoa com conhecimento especializado ou experiência em conservação de recursos naturais. A lei proposta permitiria que a Secretaria Executiva de Energia e Assuntos Ambientais do estado utilizasse recursos do Fundo Natureza para Todos para contratar funcionários responsáveis pela gestão do fundo. A lei proposta também exigiria que o Conselho do Fundo Natureza para Todos estabelecesse regras sobre a utilização dos recursos do fundo, incluindo regras relativas ao alinhamento com os princípios de justiça ambiental, ao acesso e à restauração de terras e recursos naturais de importância cultural para os povos indígenas, à promoção do desenvolvimento de moradias a preços acessíveis e a outras questões relacionadas ao uso dos recursos e à emissão de títulos.

A lei proposta exigiria que a Secretaria Executiva de Energia e Assuntos Ambientais do estado apresentasse um relatório anual a diversos comitês estaduais sobre os recursos utilizados para comprar ou melhorar terrenos em cidades e municípios com populações de justiça ambiental.

A lei proposta entraria em vigor em 1º de julho de 2027.

Um **VOTO SIM** criaria um fundo destinado à conservação dos recursos naturais, que receberia parte dos impostos estaduais arrecadados sobre a venda e o uso de artigos esportivos e veículos recreativos e sobre o uso de campos de golfe.

Um **VOTO NÃO** não criaria esse fundo para a conservação dos recursos naturais nem alteraria a forma como a receita dos impostos sobre vendas e uso é utilizada.

PERGUNTA 7

LEI PROPOSTA POR PETIÇÃO DE INICIATIVA POPULAR

Você aprova a lei resumida abaixo, que não foi submetida à votação no Senado nem na Câmara dos Representantes antes de 6 de maio de 2026?

RESUMO:

A lei proposta permitiria a construção de residências unifamiliares em áreas de zoneamento residencial, desde que o terreno onde fossem construídas tivesse pelo menos 5.000 pés quadrados, no mínimo 50 pés de extensão voltada para a rua, estrada ou via pública e acesso aos serviços públicos de abastecimento de água e esgoto.

A lei proposta permitiria que cidades e municípios regulamentassem de forma razoável determinados aspectos dessas residências unifamiliares, incluindo sua altura, distância em relação às construções vizinhas, áreas livres, requisitos de estacionamento e a possibilidade de serem alugadas por períodos de curta duração. A lei proposta também permitiria que a Secretaria Executiva de Habitação e Comunidades Habitáveis emitisse diretrizes ou regulamentos para implementar a lei proposta.

Um **VOTO SIM** permitiria a construção de residências unifamiliares em terrenos de 5.000 pés quadrados ou mais em áreas residenciais, sujeita à regulamentação local razoável de determinados aspectos dessas residências.

Um **VOTO NÃO** não alteraria a legislação relativa à construção de residências unifamiliares.

PERGUNTA 8

LEI PROPOSTA POR PETIÇÃO DE INICIATIVA POPULAR

Você aprova a lei resumida abaixo, que não foi submetida à votação no Senado nem na Câmara dos Representantes antes de 6 de maio de 2026?

RESUMO:

A lei proposta alteraria o tipo e a quantidade de maconha que poderiam ser legalmente possuídos em Massachusetts, revogando as leis que legalizam, regulamentam e tributam a venda no varejo de maconha para uso recreativo por adultos no estado. A lei proposta também permitiria que pessoas com 21 anos ou mais possuíssem até 1 onça de maconha, incluindo no máximo 5 gramas na forma de concentrado, e presentearassem ou transferissem a outra pessoa com 21 anos ou mais até 1 onça de maconha, incluindo no máximo 5 gramas na forma de concentrado. A lei proposta também imporiria uma multa civil de US\$ 100 e o confisco da maconha nos casos de posse de quantidade superior a 1 onça e de até 2 onças.

Para pessoas com 21 anos ou menos, a lei proposta tornaria a posse de até 2 onças de maconha uma infração civil sujeita a multa de US\$ 100, confisco da maconha, participação em um programa de conscientização sobre drogas, prestação de serviços comunitários e notificação aos pais ou responsáveis legais sobre a infração e as penalidades aplicáveis.

A lei proposta permitiria que os estabelecimentos atualmente licenciados para a venda de maconha recreativa para adultos solicitassem, por meio de um processo acelerado, uma licença para atuar como dispensários de maconha para uso medicinal e vendessem seu estoque restante de maconha recreativa para adultos a dispensários de maconha medicinal. A lei proposta manteria a Comissão de Controle da Cannabis, mas alteraria suas atribuições para que passasse a regulamentar apenas o mercado de maconha para uso medicinal.

A lei proposta estabelece que, caso alguma de suas disposições seja declarada inválida, as demais permaneceriam em vigor.

A lei proposta entraria em vigor em 1º de janeiro de 2028.

Um **VOTO SIM** proibiria a legalização, a regulamentação e a tributação da venda no varejo de maconha para uso recreativo por adultos e alteraria as penalidades pela posse de maconha. Um **VOTO NÃO** não alteraria a legislação relativa à maconha.

PERGUNTA 9

REFERENDO SOBRE UMA LEI EXISTENTE

Você aprova a lei resumida abaixo, que foi aprovada pela Câmara dos Representantes em 18 de julho de 2024, por 124 votos a 33, e pelo Senado em 18 de julho de 2024, por 35 votos a 5?

RESUMO:

Esta lei faz diversas alterações às leis de Massachusetts que regulamentam armas de fogo.

A lei inclui administradores escolares e profissionais de saúde licenciados entre as pessoas autorizadas a solicitar a um tribunal a emissão de uma Ordem de Proteção contra Risco Extremo, que exige que uma pessoa entregue ou renuncie às suas licenças, autorizações e armas de fogo caso represente um perigo atual para si mesma ou para outras pessoas. A lei também estabelece que, ao emitir uma Ordem de Prevenção contra Assédio, o tribunal poderá determinar a entrega de licenças, autorizações e armas de fogo.

A lei impõe penalidades pela posse, fabricação e transferência de armas de fogo não rastreáveis, conhecidas como “armas fantasmas”, e exige que todas as armas de fogo, exceto antiguidades e relíquias, incluindo armações e receptores inacabados que possam ser facilmente transformados em produtos acabados, tenham números de série. A lei inclui armas de fabricação particular, como as produzidas por impressão 3D, nas disposições que regulamentam armas de fogo não rastreáveis, conhecidas como “armas fantasmas”.

A lei altera os requisitos para o licenciamento de armas de fogo, passando a exigir: (1) permitir que as autoridades locais responsáveis pelo licenciamento solicitem ao estado informações sobre licenças e autorizações anteriores, bem como tenham acesso a pedidos de internação involuntária por motivos de saúde mental que tenham sido negados por um tribunal, além de informações sobre internações involuntárias anteriores, como parte da análise de pedidos de licença para portar armas de fogo, cartões de identificação para armas de fogo e licenças para a venda de armas de fogo; (2) exigir que a pessoa tenha pelo menos 21 anos para possuir rifles ou espingardas semiautomáticas; (3) incluir a possibilidade de pena de prisão de até seis meses em caso de reincidência por não comunicar a perda ou o roubo de uma arma de fogo; e (4) permitir que pessoas de 12 a 15 anos solicitem uma autorização para portar spray de autodefesa com a permissão dos pais e que pessoas de 15 a 18 anos façam a solicitação de forma independente.

A lei permite que as autoridades locais responsáveis pelo licenciamento de armas de fogo transfiram para a Polícia Estadual a responsabilidade pela fiscalização dos estabelecimentos que comercializam armas de fogo. A lei exige que as autoridades locais responsáveis pelo licenciamento participem de um treinamento estadual sobre essas fiscalizações. A lei exige que os estabelecimentos que comercializam armas de fogo retenham licenças vencidas ou suspensas e as comuniquem ao estado e às autoridades locais responsáveis pelo licenciamento.

A lei altera a definição de “metralhadora” para incluir dispositivos como bump stocks, manivelas de gatilho, Glock switches e auto sears entre aqueles cuja posse e uso estão sujeitos a penalidades. A lei amplia a definição de “silenciador” para incluir as peças utilizadas em sua fabricação.

A lei esclarece como determinar se uma arma de fogo é uma arma de estilo militar e em quais circunstâncias uma pessoa pode continuar a possuir armas desse tipo e dispositivos de alimentação de alta capacidade que já possuía.

A lei exige que o Conselho Consultivo Estadual de Controle de Armas de Fogo e o Secretário Estadual de Segurança Pública revisem e atualizem as listas de armas de fogo de estilo militar proibidas, armas de fogo aprovadas e armas de fogo aprovadas para a prática de tiro ao alvo.

A lei esclarece os requisitos relativos ao porte e ao transporte de armas de fogo em veículos automotores e veículos para todo tipo de terreno (ATVs). A lei proíbe o porte de armas de fogo em prédios públicos, locais de votação e escolas, com algumas exceções.

A lei amplia os requisitos de compilação e comunicação de dados ao estado e pelo estado e cria um painel de acesso público com dados agregados e anonimizados sobre armas de fogo, além de uma comissão para analisar esses dados.

A lei exige que a Polícia Estadual ofereça treinamento e uma prova para novos solicitantes de licenças para portar armas de fogo ou cartões de identificação para armas de fogo.

A lei estabelece duas comissões legislativas especiais: uma para analisar o financiamento de serviços de prevenção à violência e outra para estudar tecnologias emergentes relacionadas a armas de fogo.

A lei tipifica como crime disparar uma arma de fogo e atingir um edifício em uso. Um **VOTO SIM** manteria em vigor a lei, que aumenta a regulamentação de armas de fogo, incluindo armas fantasmas, metralhadoras e armas de estilo militar. Um **VOTO NÃO** revogaria esta lei.